



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

28 OUTUBRO 2016

NOTA À IMPRENSA

«*Por uma Polícia Marítima digna e conforme à Constituição*»

A Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima informa os órgãos da imprensa nacional que uma representação da ASPPM irá hoje proceder à entrega na Assembleia da República e na residência oficial do Primeiro-Ministro, da Moção **“Por uma Polícia Marítima digna e conforme à Constituição”**, aprovada por unanimidade no 1º Congresso Nacional de profissionais da Polícia Marítima realizado no passado dia 22 de outubro.

A Moção em apreço tem em vista a conformação constitucional da organização da força policial, que nos dias de hoje vê aprofundar a sua militarização, num sentido claramente inverso às aspirações dos profissionais.

Na Moção aprovada, os profissionais da Polícia Marítima peticionam aos referidos órgãos de soberania que legislem, dentro dos respetivos quadros de atribuições:

- a) Uma Lei Orgânica para a Polícia Marítima que consagre objetivamente a sua missão, atribuições e competências enquanto força de segurança e polícia criminal;
- b) Que dote a Polícia Marítima de um orçamento independente das Forças Armadas tendo em vista estabelecer os recursos financeiros para satisfação das necessidades de investimento na força policial;
- c) Que proceda à revisão do Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, consagrando uma carreira com quadros superiores não militares ajustados à complexidade funcional da organização policial;
- d) Que legisle um sistema retributivo para a Polícia Marítima que contemple os suplementos remuneratórios inerentes ao trabalho policial, concretizando o princípio constitucional de que ao trabalho igual corresponde um salário igual;
- e) Que proceda ao dimensionamento do mapa de pessoal da Polícia Marítima adequando-o às missões e atribuições que lhe são cometidas, assegurando o cumprimento efetivo do horário de trabalho sem desproteger ou diminuir as garantias de segurança de pessoas e bens ou de defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A ASPPM confia que tanto o Governo, como a Assembleia da República procurarão conformar a organização da Polícia Marítima às exigências de um Estado de Direito Democrático.

A Direção Nacional